



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006152-43.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **Luis Carlos Gomes Primo**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

LUÍS CARLOS GOMES PRIMO ajuizou ação contra o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**, alegando, em resumo, que em 23.07.2016, sofreu acidente do trabalho mas a receber benefício previdenciário, cujo pagamento cessou em 20.02.2017. Explica que enfrenta limitação funcional, aguarda cirurgia a ser agenda pelo SUS, estando impossibilitado de desempenhar suas atividades e pleiteia a concessão do auxílio-doença.

O acionado apresentou defesa, rebatendo a pretensão inicial. Aduz que o autor não preenche os requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado. Impugnou, ainda, os valores pretendidos.

Foi realizada a prova pericial, com oportunidade de manifestação às partes.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Desnecessária a produção de outras provas.

1006152-43.2017.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Trata-se de ação na qual o autor pleiteia a concessão de auxílio-doença.

O pedido inicial deve ser acolhido, em parte, somente no período indicado pela perícia médica.

Não há controvérsia sobre sua condição de segurado e não se cogita de período de carência.

A controvérsia delineada pela defesa do ente previdenciário restringe-se à análise da capacidade laborativa do autor.

A prova pericial elaborada concluiu que o autor foi "*vítima de acidente de trânsito, há nexos. Sofreu traumatismo da mão direita = contusão e traumatismo de joelho esquerdo com lesão ligamentar e menisco. Tratado clinicamente da mão e cirurgicamente do joelho. Houve evolução favorável, não restando na presente data qual tipo de sequela nas partes afetadas. Apto para sua vida laboral*" (pág. 133).

Acrescentou, contudo, o d. Vistor Oficial, a redução funcional durante o período anterior à cirurgia (pág.154).

Pertinente, portanto, o acolhimento do pedido inicial, restrito ao período do cancelamento do benefício (pág.149/150), com valor calculado na forma do art. 61, da lei 8.213/91.

Registre-se que o documento de pág.69 aponta que o auxílio-doença cessou em 20.02.2017, data que há de prevalecer como termo *a quo* para o benefício ora reconhecido.

Quanto às parcelas vencidas, até eventual liquidação, há de seguir-se o entendimento firmado pela E. Superior Instância, nesse sentido:

"Para direcionar a futura execução, os valores em atraso, decorrentes do benefício ora deferido, serão corrigidos monetariamente pelo IPCA-E antes e após a aprovação da conta de liquidação,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

afastada a aplicação da Taxa Referencial - TR, em razão dos julgamentos da ADI 4.357 e do Tema 810 da repercussão geral pelo C. Supremo Tribunal Federal, que expressamente declarou a inconstitucionalidade da adoção do rendimento da caderneta de poupança como critério de atualização monetária dos débitos a serem adimplidos pela Fazenda Pública.

Os juros de mora, incidentes a partir da citação, serão computados sobre as parcelas em atraso de forma englobada até a citação e, a partir daí, mês a mês de modo decrescente, à base mensal prevista para a caderneta de poupança, conforme disciplina da Lei 11.960/09) (porque não alterado neste aspecto em sede de referida ADI).

A conta a ser elaborada deverá seguir a forma da Lei nº 8.213/91, ou seja, com cálculo mês a mês de cada parcela devida, partindo-se da renda mensal inicial devidamente reajustada pelos índices de manutenção no decorrer do tempo" (Apelação/Reexame Necessário 1004930-89.2017.8.26.0053, da 16ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Nazir David Milano Filho, j., 19.06.2018, v.u.).

Em suma, impõe-se o acolhimento, em parte, do pedido inicial.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE**, em parte, o pedido inicial apresentado por **LUÍS CARLOS GOMES PRIMO** contra o **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS**, para condenar o acionado o conceder, em benefício do autor, o auxílio doença, que é devido no período entre a cessação do auxílio doença (pág. 69), até o restabelecimento do benefício (pág.79), e ao pagamento dos valores em atraso, nos termos da fundamentação. Sucumbente, responderá o acionado pelo pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o total das prestações vencidas. Expeça-se, desde já, mandado de levantamento judicial dos honorários periciais, em favor do perito nomeado nos autos, observando-se o comprovante de depósito judicial de pag. 110. Decorrido o prazo para eventual recurso das partes, encaminhem-se os autos à Egrégia Superior Instância, para apreciação do recurso *ex officio* (Súmula 490, do Superior Tribunal de Justiça).

P.R.I.

Araraquara, 19 de julho de 2018.

João Roberto Casali da Silva

Juiz de Direito

- assinado digitalmente -



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

*Autora : Silvana Gomes Martins da Silva (nasc. 10.07.1964).
CPF. 099.020.638-61 – RG. 19.598.188-1.
NIT. 1.080.440.425-6
Auxílio-Acidente - 50%, a partir da cessação do benefício anterior (14.02.2017).*

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**